



**FACULDADE LABORO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

DAVID MORAES

**VISÕES DOS PEDAGOGOS SOBRE SEU PAPEL NA RESSOCIALIZAÇÃO DE
ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE EM SÃO LUÍS**

**SÃO LUÍS-MA
2022**

DAVID MORAES

**VISÕES DOS PEDAGOGOS SOBRE SEU PAPEL NA RESSOCIALIZAÇÃO DE
ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE EM SÃO LUÍS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade Laboro, como requisito para a conclusão
do Curso de Graduação em Pedagogia.

Orientador (a): Prof^a Ma. Leonor Viana de Oliveira
Ribeiro

**SÃO LUÍS-MA
2022**

DAVID MORAES

**VISÕES DOS PEDAGOGOS SOBRE SEU PAPEL NA RESSOCIALIZAÇÃO DE
ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE EM SÃO LUÍS**

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Ma. Leonor Viana de Oliveira Ribeiro
Orientadora

Examinador (a)

Examinador (a)

À minha mãe, que sempre me motivou a ir em busca dos meus sonhos e objetivos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado a graça e força para que eu pudesse chegar até a conclusão do meu curso, pois passei por muitas tempestades ao longo dessa formação acadêmica, mas sempre pedindo a ele para continuar.

A minha mãe, mulher forte e guerreira que passou por muitas dificuldades na vida para me dar o melhor deste mundo, e que serviu de base para a construção deste grande sonho, te amo mãe.

A minha família que acreditou e me incentivou muito a buscar cada vez mais o conhecimento.

Aos meus colegas de classe, obrigado pela parceria ao longo dessa jornada acadêmica, em especial a colega Larissa Ferreira uma jovem cristã de alma pura, obrigado por cada palavra de força e carinho que me deste durante toda caminhada, palavras essas que me fizeram refletir muito sobre a vida e a verdadeira amizade.

Aos meus professores por todo o conhecimento, ensinamentos, aprendizados, paciência e atenção. Dizer a vocês que valeu muito apenas tudo que aprendi ao longo desses últimos 04 (quatro) anos.

A coordenadora do curso de pedagogia Prof.^aMa.Francilene Duarte, meus sinceros agradecimentos pela sua dedicação e acolhimento com cada um de nós alunos durante todo curso. Dizer a você que és uma professora de excelência que não mediu esforços para nos transmitir um pouquinho do seu conhecimento.

Por fim, agradecer a Faculdade Laboro pelo compromisso em transmitir aos seus alunos um ensino de qualidade, focando sempre na formação de profissionais de excelência.

RESUMO

Este trabalho aborda as visões dos pedagogos que atuam nas unidades da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), situadas na ilha de São Luís. Considerando dois grandes temas, educação e privação de liberdade, bem como a articulação entre eles já trabalhada por alguns autores, buscamos refletir sobre essas questões para discutir as visões dos pedagogos referidos sobre seu papel nos processos pedagógicos desenvolvidos na instituição. Como metodologia, optou-se por uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, na qual buscou-se primeiro um conhecimento do órgão público em questão, adquirido por meio da experiência profissional desenvolvida *in loco*, para posterior elaboração e aplicação de questionário com os profissionais mencionados. Os resultados obtidos apontam que os pedagogos têm uma percepção relativamente clara de sua atuação, apesar de inconsistências encontradas no conjunto das respostas; além disso, parte dos entrevistados expressa consciência e criticidade sobre seu papel para alcançar o objetivo final de ressocialização dos jovens atendidos.

ABSTRACT

This work approaches the vision of the pedagogues who work in the unit of the Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), located on the island of São Luís. Considering two major themes, education and deprivation of liberty, as well as the articulation between them already worked on by some authors, we seek to reflect on these issues to discuss the views of the aforementioned pedagogues about their role in the pedagogical processes developed in the institution. As a methodology, an exploratory research of a qualitative nature was chosen, in which knowledge of the public agency in question was first sought, acquired through professional experience developed in loco, for later elaboration and application of a questionnaire with the mentioned professionals. The results obtained point out that the pedagogues have a relatively clear perception of their performance, despite the inconsistencies found in the set of responses; in addition, part of the interviewees expressed awareness and criticality about their role in achieving the ultimate goal of resocializing the young people served.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. A PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	10
3. O LUGAR DO PEDAGOGO NOS ESPAÇOS DE RESSOCIALIZAÇÃO	11
3.1. Opções metodológicas	12
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	15
4.1. O papel dos pedagogos nas unidades da FUNAC	15
5. PROCESSOS PEDAGÓGICOS	19
5.1. A Educação de Jovens e Adultos na FUNAC	20
5.2. A Ressocialização Juvenil na FUNAC	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28
ANEXOS	

1. INTRODUÇÃO

O ponto de partida para a realização deste trabalho foi a combinação de duas situações: o contato teórico com a Pedagogia, por meio do curso de graduação nesta área, realizado na Faculdade Laboro (2019-2023) e a experiência profissional desenvolvida na FUNAC (Fundação da Criança e do Adolescente) desde 2020 até o presente, na cidade de São Luís do Maranhão.

Nas páginas seguintes apresentamos os resultados obtidos na pesquisa, articulando a discussão com alguns autores que tratam da relação entre privação de liberdade e educação. Para tanto, recorreremos direta e indiretamente a alguns autores, como Freire (1987) e Onofre (2015), por exemplo.

O foco de nossa análise é a visão (ou visões) dos profissionais da educação, notadamente pedagogos, sobre a Pedagogia na ressocialização de jovens privados de liberdade. Os pedagogos foram selecionados nas seis unidades da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), distribuídas na ilha de São Luís do Maranhão.

Do ponto de vista metodológico, com base nas observações de Minayo (2001), estabelecemos o critério exploratório qualitativo para o desenvolvimento da pesquisa, que foi materializada por meio de questionário aplicado aos entrevistados.

Ao considerar que a educação é o meio mais importante para a ressocialização de jovens em situação de privação de liberdade, como é o caso das pessoas que ocupam as unidades da FUNAC em São Luís, buscamos perceber como os pedagogos enxergam seus papéis e lugares na instituição, bem como os impactos que eles acreditam causar, por meio de seu trabalho, no alcance da meta de ressocializar os jovens em questão.

Por isso, o trabalho está dividido da seguinte maneira: primeiro, buscamos um contexto legal para a ideia de privação de liberdade de jovens e adolescentes; em seguida, buscamos compreender o lugar do pedagogo nos espaços de privação de liberdade e que são, simultaneamente, espaços de ressocialização, como é o caso da FUNAC – no início neste tópico explicamos com mais detalhes as opções metodológicas do presente trabalho; depois, abordamos os processos pedagógicos a partir de dois pontos, a saber, a Educação de Jovens e Adultos e o processo de ressocialização.

Por fim, é importante frisar que todos esses pontos não são discutidos em si mesmos ou de forma ampla, mas sim a partir das visões dos entrevistados, isto é, os

sentidos que os entrevistados atribuem, se percebem, como dizem que fazem, etc. O foco do trabalho é a visão dos entrevistados, mas articuladas com as questões mais amplas que envolvem o tema.

2. A PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A literatura especializada no tema apresenta algumas considerações importantes que precisam ser revistas para fins de fundamentação teórico-legal e também para contextualização do trabalho. Mesmo que não seja possível dar conta de todas as questões, alguns pontos são imprescindíveis.

O primeiro ponto refere-se ao sistema jurídico brasileiro. Após o Brasil tornar-se signatário da Convenção dos Direitos da Criança, que se converteu em lei em 1990, passou a prever ao público infante-juvenil, enquanto sujeitos de direito, a proteção integral, tendo os seus interesses a prevalência sobre qualquer outro.

Assim sendo, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n. 8.069/90), por meio da doutrina da proteção integral, substituiu o velho paradigma da situação irregular, de caráter discriminatório e repressivo, prevista no antigo Código de Menores (Lei 6.697/79), promovendo mudanças de referenciais, enfeixando inovações e traçando novo paradigma na construção de políticas públicas e sociais para a criança e o jovem do Brasil com reflexos inclusive, no trato da questão infracional.

Com a nova doutrina as crianças e os adolescentes ganham um novo “status”, como sujeitos de direitos e não mais como menores objetos de compaixão e repressão, em situação irregular, abandonados ou delinquentes. Para essa doutrina, “o direito especializado não deve dirigir-se, apenas, a um tipo de jovem, mas sim, a toda a juventude e a toda a infância, e suas medidas de caráter geral devem ser aplicáveis a todos” (PEREIRA, 1996, p. 27).

A adoção dessa doutrina em substituição ao velho paradigma da situação irregular (código de menores), acarretou mudanças de referenciais e paradigmas com reflexos inclusive no trato da questão infracional. No plano legal, essa substituição representou uma opção pela inclusão social do adolescente em conflito com a lei e não mais um mero objeto de intervenção, como era no passado.

Em razão disso, o ECA responsabiliza adolescentes e jovens que cometeram algum tipo de ato infracional mediante um devido processo legal, estabelecendo sanções, sob a forma de medidas socioeducativas, conforme preconiza o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Lei Federal 12.594/2012) que podem ir desde a advertência; obrigação de reparar danos; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; até a inserção em regime de semiliberdade ou a internação em estabelecimento educacional.

As medidas socioeducativas podem ser aplicadas ao jovem na faixa etária entre 12 e 18 anos e excepcionalmente, a sua aplicação e o seu cumprimento poderão ser estendidos até os 21 anos.

3. O LUGAR DO PEDAGOGO NOS ESPAÇOS DE RESSOCIALIZAÇÃO

Qual é o lugar do pedagogo nos espaços de ressocialização? Essa indagação é instigante em vários sentidos e suscita algo mais profundo do que uma resposta teórica para um trabalho acadêmico.

Mesmo que se valorize o que outros autores já abordaram sobre o tema, é importante ter clareza de que essa pergunta também surge da experiência profissional desenvolvida na FUNAC. Sendo assim, é importante pontuar que o pedagogo não é apenas um profissional que segue um conjunto de procedimentos técnicos na execução de seu trabalho, mas ele deve ser também um agente dentro desse espaço. Por agente, entende-se alguém que toma iniciativa, que age conscientemente, e não alguém que simplesmente executa ações programadas. Por agente devemos entender alguém que intervém na realidade presente com uma intencionalidade e um objetivo.

Dessa forma, é possível alcançar uma relação produtiva entre teoria e prática. Por isso, além de um educador, o pedagogo pode e deve ser um pesquisador e desenvolvedor de boas práticas pedagógicas. Por isso, ao indagar sobre o lugar do pedagogo nos espaços de ressocialização, devemos considerar, entre muitas coisas importantes, uma característica relacionada à inquietação de perscrutar os sentidos do seu trabalho no cotidiano de uma instituição como a FUNAC em São Luís.

Poderíamos dizer que a prática desta pesquisa é resultado dessa situação e que o trabalho apresentado responde, ainda que de forma muito preliminar, a algumas inquietações do pedagogo pesquisador.

O lugar do pedagogo tem uma implicação concreta, sobre o modo de fazer, tal como o que se faz numa pesquisa. Como o pedagogo age diz muito sobre o lugar que ocupa; e como ele procura entender o seu lugar diz muito sobre como a pesquisa é desenvolvida. Por isso, foi necessário recorrer a algumas opções metodológicas, descritas a seguir e que, inversamente ao raciocínio feito nas linhas acima, ajuda a entender o lugar do pedagogo.

3.1. Opções metodológicas

No referente à metodologia adotada nesse estudo, optou-se pela pesquisa exploratória de cunho qualitativo, sendo realizado através de pesquisa *in loco*, utilizando-se de observação e aplicação de questionário a cada um dos participantes. Tendo como objetivo perceber o papel do pedagogo nos espaços de ressocialização de adolescentes e jovens.

O caráter exploratório, conforme Minayo(1992), geralmente ocorre preliminarmente. Nesse ponto, caracterizada pela experiência profissional já desenvolvida com os jovens em situação de privação de liberdade na FUNAC, em São Luís, foi fundamental para a posterior definição do objeto de pesquisa, bem como para a elaboração do questionário.

O questionário aplicado está organizado com duas perguntas fechadas e estruturadas e também com duas perguntas abertas, para livre redação dos entrevistados. Dessa forma, embora tenham sido obtidos dados quantitativos, eles não são o centro de nossa abordagem. Isso deve ficar claro, porque o conjunto de profissionais entrevistados é muito reduzido (apenas 6 pedagogos), para poder formar qualquer tendência com impacto massivo no ambiente estudado.

Por outro lado, isso não significa que os dados quantitativos serão desprezados, mas serão contemplados de forma adequada, para que se tenha uma noção da relativa uniformidade de visões dos pedagogos entrevistados. Dessa forma, o peso maior da pesquisa recai no critério qualitativo. Conforme Minayo (2000, p. 21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Por isso, não é de estranhar que justamente as perguntas abertas ofereçam dados mais interessantes de serem analisados no caso do presente estudo, pois a liberdade do entrevistado em escrever lhe permite ofertar, na medida do seu interesse, opções e informações que o pesquisador possivelmente não tinha pensado no ato de elaborar o questionário.

Assim, o próprio pesquisador pode aprender e ampliar seus horizontes a partir das visões dos entrevistados, o que não seria possível na aplicação de um questionário totalmente estruturado, com opções fixas e reduzidas de respostas. Ainda sobre a diferença entre um critério quantitativo e um qualitativo de pesquisa, devemos observar outro argumento de Minayo (2000, p. 22):

Não existe um "continuum" entre "qualitativo-quantitativo", em que o primeiro termo seria o lugar da "intuição", da "exploração" e do "subjetivismo"; e o segundo representaria o espaço do científico, porque traduzido "objetivamente" e em "dados matemáticos". A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região "visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Porém, ainda conforme a autora, não existe uma oposição natural entre os dois critérios. E seria mesmo mais interessante considerá-los como complementares. Apesar do debate teórico-metodológico não estar encerrado, a clareza dessas opções nos permite traçar um caminho relativamente seguro para o desenvolvimento da pesquisa ora apresentada.

Outro aspecto importante da metodologia aplicada nessa pesquisa tem a ver com os locais onde ocorreu a investigação. A pesquisa foi realizada nos Centros Socioeducativos de Internação da Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão (FUNAC), órgão da administração pública do Estado do Maranhão, vinculada à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP. Conforme descrição oficial, presente no endereço eletrônico da instituição:

A FUNAC tem por finalidade garantir o atendimento integral aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas privativas e restritas de liberdade, visando a (re)construção de seu projeto de vida em consonância com os preceitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). (MARANHÃO, 2022)

Os profissionais entrevistados foram os pedagogos responsáveis pela parte pedagógica e educacional das unidades. A pesquisa foi realizada nos Centros Socioeducativos da Região da Grande Ilha que engloba os municípios de São Luís, Paço do Lumiar e São José de Ribamar, são os Centros: Centro Socioeducativo de Internação Florescer, unidade feminina da Fundação, Centro Socioeducativo de Internação do São Cristóvão, Centro Socioeducativo de Internação de São José de Ribamar, Centro Socioeducativo de Internação do Vinhais, Centro Socioeducativo de Internação Provisória Canaã e Centro Socioeducativo de Internação Sítio Nova Vida.

O funcionamento da FUNAC se dá de forma a garantir e aplicar a Lei de Execução das medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade prevista no SINASE (Lei Federal 12.594/2012), de forma humanizada, garantindo a segurança de todos os adolescentes e jovens e dos profissionais que atuam dentro do ambiente socioeducativo, proporcionando aos sujeitos privados de liberdade, condições dignas de reintegração social.

A primeira visita ocorreu no Centro Socioeducativo Florecer (CSF), unidade feminina da Fundação, e foi agendada previamente com a Diretora da unidade. A recepção inicial foi feita pela coordenadora técnica e pela recepcionista. A equipe do CSF me acompanhou em todos os momentos da visita. Foi dada autorização para visitar as dependências da unidade para conhecer o espaço educacional da unidade.

No referente aos sujeitos da pesquisa, foram entrevistados 6 pedagogos no total, cada um atuante em uma das unidades mencionadas acima. Todos com participação voluntária e assinatura do termo de consentimento livre esclarecido conforme anexo II.

Considerando que a proposta da pesquisa de cunho qualitativo, os procedimentos ocorreram em quatro fases:

(a) Contato com a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), para busca das informações sobre o tema proposto;

- (b) Análise dos documentos para liberação de visita de campo nos Centros Socioeducativos;
- (c) Visita à sede administrativa da FUNAC para uma conversa sobre minha pesquisa nos Centros Socioeducativos; e
- (d) Visita aos Centros Socioeducativos de Internação, localizados na Grande Ilha de São Luís-MA para aplicação do questionário.

No referente aos instrumentos, trata-se basicamente de questionário elaborado com perguntas fechadas e abertas, conforme anexo I. As questões foram respondidas visando apresentar resultados sobre o papel dos pedagogos nos espaços de ressocialização juvenil. As questões abertas buscam refletir sobre as visões particulares dos profissionais entrevistados, bem como visando alcançar algum dado imprevisto e enriquecedor. Já as perguntas fechadas tiveram por objetivo observar a possibilidade de uniformidade de opinião entre os profissionais acerca do papel do pedagogo em relação ao tema.

A coleta de dados utilizou-se de um questionário semiestruturado pelo Google formulários, composto por quatro questões, abordando dados referentes à atuação do profissional de Pedagogia no Processo de Ressocialização de Adolescentes e Jovens Privados e Restritivos de Liberdade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante dos comentários gerais anteriores e das opções metodológicas elencadas acima, foram obtidos os seguintes resultados, discutidos a partir de agora.

4.1. O papel dos pedagogos nas unidades da FUNAC

Se voltarmos à pergunta feita anteriormente, “qual é o lugar dos pedagogos nos espaços de ressocialização?”, temos como parte da resposta o papel que esses profissionais exercem nesse tipo de órgão público. Desnecessário dizer que “lugar” e “papel” são coisas diferentes. Alguém pode ocupar um lugar específico e não desempenhar um papel adequado para aquele lugar. Quer dizer, as ações levadas a

cabo por uma pessoa que ocupa determinado lugar podem resultar em uma realidade produtiva e frutífera ou não.

É desnecessário também dizer que espera-se que um pedagogo desempenhe seu papel profissional e educacional a contento, para que este seu papel, no lugar que ocupa, seja relevante para ele mesmo, para o Estado que o contratou e para o educando (beneficiário direto) e para a sociedade (beneficiária indireta). De outra forma, o pedagogo corre o risco de ser um mero técnico, se o for.

Por outro lado, não se trata de exigir que o pedagogo faça além do que foi contratado para fazer. Mas dada a natureza da Pedagogia e da realidade do ensino como um todo, um comportamento meramente técnico deste profissional dilui as características humanísticas do seu trabalho. Uma atuação pedagógica, como se entende atualmente é, sobretudo, reflexiva, crítica, dinâmica, intuitiva, transformadora.

Sendo assim, o que se espera do pedagogo hoje em dia não é, nem pode ser, uma ação meramente técnica, aqui entendida como reprodutivista, na simples aplicação de atividades ou na simples (e suposta transmissão de conhecimentos). Sua ação deve ser crítica, humana, relevante. E essas são características básicas do papel de um profissional da educação.

Tendo esse ponto óbvio em vista, a pergunta número 03 do questionário aplicado indagava o seguinte: “As atividades realizadas pelos pedagogos influenciam positivamente outras atividades realizadas por este Centro Socioeducativo?”

Como respostas, obteve-se desde simples um “sim” até considerações mais elaboradas. Contudo, todas as respostas foram positivas, o que implica preliminarmente que os profissionais em questão consideram um *feedback* valorativo do seu papel. O objetivo da pergunta era visualizar a percepção dos entrevistados sobre seu papel nas unidades em que atuam, considerando que uma boa forma de compreender esse papel é verificando a influência das ações desempenhadas por eles naqueles ambientes.

A uniformidade positiva das respostas a essa questão indica que a leitura que os pedagogos fazem do seu papel no órgão apresenta resultados, cujo principal efeito é subsidiar o desenvolvimento de outras atividades, isto é, aquelas que estão além do âmbito pedagógico.

Entre os exemplos listados nas respostas obtidas, encontramos ações relacionadas a: “matrículas”, “diagnóstico”, “reforço” e “planejamento”. Concretamente, essas ações poderiam ser caracterizadas como técnicas, parte fundamental do trabalho pedagógico. Contudo, outras ações chamaram mais atenção, porque embora igualmente previsíveis para serem executadas por esses profissionais, exigem uma postura mais sensível e humana, além de sempre críticas, relacionadas a: “atividades temáticas”, “contato com familiares” e “inserção e acompanhamento aos cursos profissionalizantes”.

Acerca dessas últimas atividades, uma resposta foi mais enfática, ao considerar que “que todo o processo na medida [socioeducativa] é sociopedagógico”, o que implica a consciência, por parte do profissional que apresentou essa resposta de que o seu papel desempenhado na instituição causa impacto na trajetória dos sujeitos privados de liberdade. Na parte final da mesma resposta, o pedagogo em questão afirmou que suas ações “contribuem consideravelmente com o processo socioeducativo”. Isso implica dizer que este profissional já consegue observar influência direta de suas ações nos resultados finais da ressocialização administrada na unidade em que atua.

É importante observar que do total dos entrevistados, três ofereceram respostas mais elaboradas quanto a esse ponto. E existem riscos a considerar. Se não é correto fazer conclusões taxativas com base nessas respostas, contudo, o teor das respostas pode ser indicativo do comprometimento ético e crítico de tais profissionais. Dito de outro modo, não deixa de surpreender que alguém que aceitou participar de um estudo e que mantenha uma postura profissional, ética e comprometida com seu trabalho tenha dado apenas um “sim” como resposta, mesmo que a pergunta não exija uma justificativa. Mas isso não significa desvalorizar os demais profissionais que responderam com apenas um “sim”.

É preciso compreender que o momento em que o profissional escolheu para atribuir as respostas pode não ter sido o melhor, ou ainda que, naquele momento, não lhe ocorreu incluir maiores detalhes. Ou seja, oferecer um comentário mais elaborado pode ainda significar duas coisas, pelo menos: ou existe o comprometimento suposto ou, contrariamente, o entrevistado quis florear intencionalmente sua resposta, para dar a entender que é atuante. Como se trata de uma pesquisa qualitativa, nosso limite é o discurso elaborado por esses profissionais

em suas respostas. Não temos como alcançar uma verdade absoluta no pontos listados, mas é importante não perder essas observações de vista.

O apontamento feito anteriormente, sobre a percepção que os pedagogos têm de seu papel pode ser confirmada tanto na unanimidade do “sim” nas respostas à pergunta 03, quanto na unanimidade do “sim” nas respostas à pergunta 01, que indagava: “Você acredita que a pedagogia pode contribuir para o processo de ressocialização de adolescentes e jovens privados de liberdade?”

Nesse ponto, é interessante observar o seguinte: quem responderia “não”? Independentemente de desempenhar o seu papel profissional com zelo e com gosto ou não, seria muito difícil alguém desmerecer o próprio lugar que ocupa. É importante lembrar que todas as relações sociais também são relações de poder (FOUCAULT, 1979, p. 182). Isso significa que não se trata de mera crença cega no papel fundamental do pedagogo e da Pedagogia no processo de ressocialização. Aliás, se a educação como um todo é desafiadora, tanto mais o é em ambientes em que os educandos são pessoas que experimentaram e praticaram todo tipo de violência. Não à toa, foram parar lá, como apontado no início deste trabalho.

Alguém poderia argumentar facilmente que os pedagogos foram ensinados a acreditar na educação, como se estivessem descolados da realidade. Qualquer pessoa mal intencionada ou negacionista poderia propor tal ideia e tantos outros com semelhante percepção equivocada da realidade seguiriam o coro. Por isso, nada como um bom exemplo concreto para desfazer ideias falsas. A realidade de um ambiente de ressocialização, como a FUNAC impõe uma verdade: o desafio de superar uma cultura de violência e garantir, por meio da educação, dignidade a quem foi muito mal tratado e também feriu muitos, é a principal característica do desafio que o pedagogo enfrenta num ambiente como esse.

Com esse argumento, podemos limitar nossa própria crítica acerca do lugar que o pedagogo ocupa. Se não é possível negar as relações de poder envoltas no pedagogo como professor, como funcionário público e como cidadão, também não é possível negar a realidade difícil que ele enfrenta diariamente para cumprir bem o seu papel.

Portanto, ao levarmos nossa crítica ao limite, gostaríamos de encaminhar o argumento desse tópico: o lugar que o pedagogo ocupa nos espaços de ressocialização é imprescindível. Não pode ser meramente técnico, e tal profissional não pode ser substituído por outro de qualquer natureza, pois o pedagogo é que

está munido com o arsenal teórico-metodológico para influenciar positivamente na reconstrução social das pessoas que estão privadas de liberdade por meio da educação. Eis o poder do pedagogo, manifesto nos processos pedagógicos.

5. PROCESSOS PEDAGÓGICOS

A principal característica dos processos pedagógicos é a intencionalidade. Sabemos que a relação ensino-aprendizagem é permeada por diversos fatores e atualmente se compreende que é impossível isolar a educação de todo o resto da vida, especialmente da dimensão política. Isso significa que todo processo pedagógico, o ensinar e o aprender, estão vinculados a uma questão política. Não se ensina e não se aprende sem objetivos. E é justamente ao buscar tais objetivos que os processos pedagógicos são intencionais.

De acordo com Luiz Síveres (2017, p. 115):

Os processos pedagógicos desenvolvidos no exercício da docência dependem, em grande parte, do projeto de formação inicial e continuada dos docentes, da incorporação de metodologias e tecnologias educacionais, da relação entre professor e estudante, da integração entre teoria e prática, bem como da articulação entre a escola e a comunidade. Esses aspectos, embora considerados essenciais no procedimento de ensino e aprendizagem, estão integrados às políticas públicas e às diretrizes institucionais.

Com base no argumento deste autor, podemos considerar que o papel do pedagogo nos espaços de ressocialização, como é o caso das unidades da FUNAC em São Luís, é fundamental. Como visto também, e embora sem a necessidade de aprofundar aqui, a formação do pedagogo poderá determinar o seu compromisso ético e profissional nos lugares que ocupar.

Se considerarmos que os pedagogos entrevistados nesta pesquisa compreendem bem seu papel e seu lugar, é válido acrescentar que eles são os desenvolvedores dos processos pedagógicos no órgão em questão. Basta lembrarmos das falas já apresentadas anteriormente, onde verificou-se que eles têm uma percepção positiva e valorativa do seu papel. Nas mesmas falas foram listados exemplos de ações executadas no âmbito pedagógico com influência clara e direta sobre todo o processo socioeducativo. Sendo assim, os pedagogos da FUNAC têm

consciência de que os processos pedagógicos que eles desenvolvem na instituição dependem deles para funcionar e para obter resultados.

Ao considerarmos a última parte do argumento de Síveres, precisamos compreender também que os processos pedagógicos não dependem unicamente da vontade dos pedagogos ou da simples existência da FUNAC ou qualquer outra instituição de natureza educacional.

A FUNAC é um órgão que carrega em si uma política pública, de ressocialização de jovens privados de liberdade por terem cometido algo ilícito. Além disso, suas diretrizes institucionais precisam ser consideradas pelos pedagogos no seu fazer pedagógico.

Uma olhada rápida no Projeto Político Pedagógico (PPP) da FUNAC, disponível em seu endereço eletrônico, permite constatar que suas diretrizes são as constantes na Resolução nº119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), para orientar o atendimento desta Fundação.

Nas páginas que seguem reproduzindo o documento citado, o PPP da FUNAC contempla de forma clara uma relação entre educação, disciplina e segurança. Essa relação é a linha de força das diretrizes pedagógicas da instituição; mesmo que considere quesitos como saúde, família, diversidade e cidadania, prevalece uma lógica “sancionatória”, termo como consta no documento. Desnecessário dizer que é contraditória a situação que coloca no mesmo bolo educação e privação de liberdade, como veremos adiante ao tratar sobre a EJA na FUNAC.

Tendo isso em vista, pelo menos dois pontos importantes precisam ser discutidos, a Educação de Jovens e Adultos e a Ressocialização Juvenil. Como se verá, não se trata de discutir nem o PPP da FUNAC, nem a EJA como um todo, tampouco descortinar a LDB em sua amplitude. De todos esses documentos, é preciso deixar claro, que só nos interessa recortar as linhas relacionadas ao tema dessa pesquisa para melhor compreensão do mesmo.

5.1. A Educação de Jovens e Adultos na FUNAC

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino definida em lei e é voltada para pessoas que não puderam estudar no período adequado de suas

vidas. No capítulo II, seção V e artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 está determinado que “A educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996). Assim, a lei garante expressiva diminuição da marginalização e da exclusão social de pessoas que não tiveram acesso à escola quando crianças.

A título de nota, é importante frisar que Paulo Freire foi um dos principais nomes ligados a Educação de Jovens e Adultos. De acordo com Marcélia Amorim Cardoso (2016, p. 01), o projeto de alfabetização de adultos desenvolvido por Freire foi sufocado no Brasil pela Ditadura Civil-Militar iniciada em 1964 e que, em trabalhos desenvolvidos em outros países, aquele educador aprimorou sua experiência na educação de jovens e adultos em África e em também no restante da América Latina.

A escola é um espaço de formação acadêmica, sendo um dos melhores lugares para formar o cidadão; porém, são muitos os adolescentes, jovens e adultos que ainda estão fora da escola. Sobretudo, os que se encontram nas ruas por algum motivo, muitas das vezes estão ajudando a família, em casa ou vinculados ao trabalho; também precisamos considerar casos de famílias desestruturadas ou que, por algum motivo, não conseguiu vaga na escola, más influências, crises de identidade, dentre outros motivos.

Não bastasse a falta de acesso à escola, a falta das políticas públicas educacionais fez com que muitos jovens aderissem ao mundo da criminalidade. Os números desses sujeitos com baixa escolarização cresceram dentro do sistema de privação de liberdade.

No caso do estudo em questão, a Educação de Jovens e Adultos desponta como principal perspectiva utilizada nas unidades de ressocialização, como é o caso da FUNAC. Nesse sentido, basta observar que alguns autores já abordaram a relação entre privação de liberdade e educação, como Mayer (2011), Rangel (2009) e Onofre (2007). Aliás, estes mesmos autores também já deixaram claro que no contexto de privação de liberdade, trata-se mesmo da perspectiva da EJA aplicada nas medidas socioeducativas.

Assim sendo, constata-se que a EJA é fundamental no processo pedagógico desenvolvido na FUNAC em São Luís. Por exemplo, Elenice Maria Cammarosano

Onofre (2015, p. 240), ao abordar o caso de jovens privados de liberdade, afirma que:

Pensar em uma educação para este público pressupõe compreender que esta educação acontece em um espaço peculiar onde se encontram duas lógicas opostas ao que significa o processo de ressocialização, o princípio fundamental da educação, que é por essência transformadora, e a cultura prisional, que visa adaptar o indivíduo ao ambiente de privação.

A autora continua seu argumento de forma enfática, ao apontar que as instituições de ensino prisionais são notoriamente fracassadas. Mas, por outro lado, não existe outra solução encontrada pela sociedade para o problema, não tanto da criminalidade, mas para a prisão propriamente.

O problema da criminalidade pesa sobre a sociedade, em grande parte, pela incapacidade que a própria sociedade tem em lidar com o problema. Por sua vez, Elisangela Lelis da Cunha (2010, p. 176):, ao tratar da ressocialização feminina por meio da educação, afirma que

Enquanto a sociedade não encarar os problemas que ela mesma cria, buscando mecanismos de humanização e inserção social de todos, por meio da redução da desigualdade social e econômica e de garantia de oportunidades dignas, o problema da violência continuará penalizando a todos, inclusive a esta mesma sociedade que se sente confortável em seu mundo de muros e câmeras de segurança, com medo de tudo que está fora dele.

Desta forma, observamos que a privação da liberdade, por meio de vários mecanismos restritivos, como prisões e órgãos semelhantes, como a FUNAC, é um recurso limitado em opções, estratégias e, sobretudo, em resultados. Porém, como dito anteriormente, apesar disso, é o que temos.

A partir dessa constatação, podemos discutir os resultados obtidos na pergunta 02 do questionário, que indagava: “Quais as principais atividades que o pedagogo desenvolve nesse Centro Socioeducativo?” Por ser uma pergunta fechada, com apenas algumas opções de respostas, os resultados obtidos foram os seguintes: 83,3% foi de “acompanhamento de atividades pedagógicas” e 16,7% de “realização de oficinas pedagógicas”.

Todas as respostas marcadas ficaram divididas entre apenas essas duas opções, sendo que as demais opções de resposta não receberam nenhuma marcação entre os seis pedagogos entrevistados. As demais opções de resposta incluíam “roda de conversa com adolescentes e jovens”, “palestra temática” e “outros”.

Compreendemos que a opção de pergunta fechada reduz muito as possibilidades de resposta dos entrevistados, os quais se veem obrigados a escolher uma opção que melhor contempla a percepção que eles têm acerca do processo pedagógico desenvolvido na unidade onde cada um trabalha. Contudo, essa redução das respostas dessa questão pode ser contornada pela lista de atividades citada em umadas respostas da pergunta 03, que já foi abordada aqui.

Para efeito de comparação, quando a pergunta é aberta (questão 03), os entrevistados apresentam dados que complementam as informações fornecidas para a questão 02, ora em discussão. Com base na pergunta 02, infere-se uma leitura mais estritamente técnica do trabalho pedagógico, pois mais de 80% optou por considerar que o acompanhamento das atividades pedagógicas era o mais importante entre as opções disponibilizadas.

Essa pergunta, com as informações dispostas impede uma visão mais complexa do processo pedagógico desenvolvido nas unidades da FUNAC. Como dito no tópico sobre as opções metodológicas, semelhante situação estava prevista. Contudo, quando se compara esse padrão de respostas com as informações oferecidas na pergunta 03, temos maior clareza da complexidade do processo pedagógico nas unidades da FUNAC, pois entram pontos não previstos pelo pesquisador, como o contato com a família e cursos profissionalizantes realizados.

Somente em um ponto, as respostas obtidas nas duas perguntas permitem uma convergência: os 16,7% que marcaram a opção de oficinas pedagógicas na pergunta 02 são confirmados pelas informações oferecidas nas respostas da pergunta 03, que incluem “atividades temáticas”.

Infelizmente, nem as perguntas fechadas e abertas do questionário, nem os próprios entrevistados forneceram maiores detalhes sobre como tais atividades temáticas estavam sendo realizadas. Se considerarmos as oficinas, que aí podem ser incluídas, tudo indica que têm, como é de esperar, uma característica social, familiar e até vinculada à saúde. Isso faz todo sentido quando se toma como referência o Projeto Político Pedagógico da FUNAC. Contudo, ainda é um dado geral. O aprofundamento desse ponto é algo que merece maior atenção e que deve ser feito em uma pesquisa posterior, para desenvolver o tema.

5.2. A Ressocialização Juvenil na FUNAC

Este é o segundo ponto importante a discutir no referente aos processos pedagógicos desenvolvidos na FUNAC em São Luís. A ressocialização juvenil é a meta da política pública do SINASE, mencionada anteriormente e que é seguida, ou pelo menos consta no PPP da FUNAC.

Em estudo realizado em 2018, Evelyn Figueiredo chegou à conclusão de que o ideal de ressocialização não estava sendo alcançado em uma cidade do Distrito Federal, chamada Guará. Evelyn Figueiredo fez toda uma discussão sobre a relação entre educação e privação de liberdade, muito mais ampla do que a discussão esboçada no presente trabalho.

Ainda que pontual, aquele estudo apresenta resultados consistentes que nos servem para pensar o caso da FUNAC em São Luís. Mesmo que não tenhamos considerado a efetivação da ressocialização nas unidades desse órgão, esse estudo nos chamou atenção para observar em pesquisa futura, se a ressocialização está realmente ocorrendo ou não.

Por enquanto, continuamos focando nas visões dos pedagogos, agora sobre a ressocialização. Para tanto, temos à disposição as respostas fornecidas pelos entrevistados na pergunta 04 do questionário, aberta, que indagava: “Você considera importante a presença do pedagogo nos processos que envolvem ensino aprendizagem neste Centro? Por quê?” Diferente do ocorreu nas respostas anteriores, é perceptível uma maior variedade nas respostas a essa pergunta. E algumas delas contemplam justamente o ponto da ressocialização juvenil, ainda que não usando essa expressão de forma literal.

Assim como observado para outras perguntas, houve unanimidade na resposta positiva. Porém, diferente do simples “sim” obtido em algumas respostas da pergunta 03, desta vez, as respostas foram mais amplas.

É provável que respostas maiores tenham sido estimuladas pela exigência de uma explicação. Depreende-se que há uma percepção de que a presença do pedagogo é fundamental. É um lugar que não pode ficar vazio, nem ser ocupado por outro profissional. Aliás, esse é um argumento apresentado em duas das respostas à pergunta 04. Curiosamente, de alguma forma, a maior parte dos entrevistados associa a presença do pedagogo ao sucesso do processo pedagógico, no sentido

de determinar um resultado positivo. Isso significa alcançar uma situação diferente, leia-se melhor, para os educandos em situação de privação de liberdade.

A primeira resposta a destacar está consoante os argumentos elencados anteriormente neste trabalho, sobre o compromisso ético do educador. O entrevistado comenta sobre “reflexão de valores, atitudes e comportamentos” dos educandos, para estabelecer “um novo sentido em suas vidas”. Ao ressignificar suas ações, bem como as consequências delas, os jovens privados de liberdade podem se ressocializar com sucesso. Essa transformação só é possível mediante a ação pedagógica. Esse é o argumento fornecido nessa resposta.

Desse ponto de vista, o pedagogo entrevistado apresenta considerável sensibilidade humana e crítica quanto à contribuição da Pedagogia para uma mudança de vida. Não é demais lembrar o que Paulo Freire disse acerca da educação e do seu poder de transformar as pessoas para que estas mudem o mundo.

A segunda resposta a destacar menciona o pedagogo como integrante de uma equipe multidisciplinar. Com base nessa visão, o entrevistado compreende que o pedagogo não concentra em si o processo pedagógico, mas compreende-se enquanto parte de um projeto maior e que conta com as contribuições de outros profissionais. Essa visão coletiva da educação é importante para a ressocialização, pois dentro do ambiente da unidade pode significar um exemplo, na prática, que os educandos observam de companheirismo, compartilhamento e ajuda mútua. Cada um fazendo seu papel e todos juntos podem construir algo mais significativo.

Provavelmente não foi essa a intenção do entrevistado, mas é importante depreender esse sentido de sua fala, ainda mais quando ele argumenta que o trabalho dessa equipe multidisciplinar vai propiciar a “educação e profissionalização, que são os carros chefes do processo de ressocialização”. Ao mencionar diretamente a expressão “ressocialização”, esse entrevistado compreende, ambiciona e, quem sabe, já experimentou, casos de sucesso.

Apenas para lembrar o estudo citado sumariamente algumas linhas acima, Evelyn Figueiredo (2018) constatou que essa meta não estava sendo alcançada na cidade alvo do estudo por ela realizado. Em vez disso, a semiliberdade é o que estava realmente acontecendo. Ou seja, a educação, naquele contexto, não estava alcançando o objetivo final ambicionado. Mesmo sofrendo de carências de dados,

pela limitação da pesquisa, a percepção do pedagogo entrevistado aponta para uma realização da ressocialização juvenil na unidade em que ele atua.

A última resposta a destacar para a pergunta 04 atribui ao pedagogo o que se espera que ele faça, isto é, diagnosticar e formar os jovens, identificar seus níveis e dificuldades de aprendizagem, motivos de evasão escolar, definição de metodologias adequadas. Porém, o destaque final da resposta aponta para construir uma educação de qualidade, com vista a estimular o educando “a potencializar o projeto de vida”.

Se um adolescente ou jovem está em uma situação de privação de liberdade, potencializar seu projeto de vida significa projetar para fora daquele ambiente os sonhos e as expectativas que aquela pessoa tem em mente. Em outras palavras, o objetivo é ressocializar. Assim sendo, estas três respostas contemplam a ressocialização em alguma medida.

Portanto, é perceptível na visão dos pedagogos entrevistados que a ressocialização juvenil é um horizonte a ser considerado/alcançado e, ao que tudo indica em suas respostas, eles trabalham para alcançar tal objetivo. Ou, pelo menos, foi essa a imagem que quiseram passar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda pesquisa implica em escolhas num mar de opções teóricas, metodológicas e de fontes de pesquisa. Por isso, não é interessante falar em conclusão, mas num encerramento forçado da pesquisa para fins de organização do material a ser entregue. Dito isso, consideramos o presente trabalho algo inicial, cujo tema instigante já cria expectativa de novas pesquisas para aprofundar muitos pontos que aqui foram abordados de forma muito breve.

Importa salientar que o tema do presente trabalho é resultado de uma caminhada teórica no campo da Pedagogia e também de uma experiência profissional. Na tentativa de unir o útil ao agradável, nasceu esse trabalho. Devido a limitações técnicas e principalmente de tempo, optou-se por aplicar um questionário com poucas perguntas a um grupo reduzido de profissionais da educação, todos pedagogos, a fim de obter deles suas visões sobre seus papéis, lugares e os

processos pedagógicos que eles ajudam a encaminhar nas unidades da FUNAC em São Luís onde estão lotados.

Como resultados, sempre preliminares, observou-se que os entrevistados apresentam uma visão consciente e contributiva da Pedagogia para a ressocialização dos adolescentes e jovens privados de liberdade em São Luís. Contudo, pela limitação de algumas respostas apresentadas, é possível que nem todos compartilhem da mesma visão, motivo pelo qual preferimos considerá-las sempre no plural. Isso fica ainda mais evidente nas diferenças obtidas nas respostas abertas, porque cada pedagogo elencou atividades diferentes e, sobretudo, resultados diferentes dos processos pedagógicos, ainda que todos contribuam para a ressocialização definitiva dos jovens que estão nas dependências daquele órgão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/96). Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. SINASE. Lei Federal 12.594/2012. Brasília, 18 de janeiro de 2012.

CARDOSO, Marcélia A. Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos e a formação docente. **Educação Pública**, 2016. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/25/reflexes-sobre-a-educacao-de-jovens-e-adultos-e-a-formao-docente>>. Acesso em 19/11/2022.

CUNHA, Elisangela Lelis da. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 157-178, 2010.

FIGUEIREDO, Evelyn L.D. **Função social da educação nas prisões**: implementação do sinase na semiliberdade do Guará. TCC, 63 p. UnB, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 36. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC Disponível em: <<https://www.funac.ma.gov.br/pagina-exemplo/>>. Acesso em 19/11/2022.

MAEYER, M. D. Ter tempo não basta para que alguém se decida aprender. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 43-55, nov., 2011. [Dossiê Educação em prisões, organizado por IRELAND, T. D.].

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento**, pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 1992.

_____. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ONOFRE, Elenice. M. C. Escola da prisão: espaço de construção da identidade do homem aprisionado? In: ONOFRE, E. M. C. (Org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFSCar, 2007, p.11-28.

_____. Educação escolar para jovens adultos em situação de privação de liberdade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, nº 96, p. 239-255, 2015. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/QwFbptcpDjjhKkgjgZNcC3r/?format=pdf&lang=pt>>, Acesso em 19/11/2022.

PEREIRA, Tania da Silva. **Direito da criança e do adolescente**: uma proposta interdisciplinar. Riode Janeiro: Renovar, 1996.

RANGEL, H. **Mapa regional latino-americano sobre educación en prisiones**: notas para el análisis de la situación y la problemática regional. Paris: Centre International D'Études Pédagogiques (CIEP), 2009.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (Coord.). **Educação para Jovens e Adultos**. Ensino Fundamental – propostas curriculares para 1º segmento. São Paulo: Ação Educativa Brasileira/MEC, 2001.

SÍVERES, Luiz. Os processos pedagógicos no exercício da docência. **Rev. Educ.**, Brasília, ano 40, n. 153, p. 114-128, 2017.

ANEXO I
QUESTIONÁRIO APLICADO

VISÕES DOS PEDAGOGOS SOBRE SEU PAPEL NA RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE EM SÃO LUÍS

Este Questionário visa contribuir com o meu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, onde busco caracterizar as Visões dos Pedagogos sobre seu papel na ressocialização de adolescentes e jovens privados de liberdade em São Luís.

1 - Você acredita que a pedagogia pode contribuir para o processo de ressocialização de adolescentes e jovens privados de liberdade?

- () Sim
- () Não

2 - Quais as principais atividades que o pedagogo desenvolve nesse Centro Socioeducativo?

- () Acompanhamento das atividades pedagógicas
- () Realização de oficinas pedagógicas
- () Roda de conversa com adolescentes e jovens
- () Palestra temática
- () Outros....

3 - As atividades realizadas pelos pedagogos influenciam positivamente outras atividades realizadas por este Centro Socioeducativo?

4 - Você considera importante a presença do pedagogo nos processos que envolvem ensino aprendizagem neste Centro? Porque?

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e participar na pesquisa de _____ campo _____ referente _____ ao _____ projeto/pesquisa intitulado(a)_____.

desenvolvida(o) por_____. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela professor (a) _____, da FACULDADE LABORO. E que poderei contatar ou consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (98) 99212-8043 ou e-mail_____. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é “colocar o objetivo da pesquisa “

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de aplicação de questionário que deverá ser aplicado a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) co-pesquisador(es). Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo/pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Local: _____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura Participante:

.....

Assinatura do(a) Entrevistador (a)

.....